

CONCLUSÃO

Na atualidade, vivemos numa sociedade que é sistematicamente confrontada com notícias sobre a manifestação de riscos, quer eles sejam naturais, antrópicos ou mistos, os quais põem em causa a sobrevivência e o quotidiano de populações, destroem comunidades ou afetam as suas infraestruturas e causam graves traumas sociais e psicológicos.

O rápido crescimento económico, a sociedade globalizada, a urbanização de áreas cada vez mais extensas, agravadas pelas mudanças climáticas, colocam uma crescente pressão sobre os territórios que, juntamente com o aumento demográfico ou os fortes movimentos migratórios, aumentam a exposição aos diferentes riscos e, consequentemente, a vulnerabilidade das populações.

Conhecer e agir no paradigma da “sociedade de risco” exige novas competências pessoais, que devem ser adquiridas desde o início do percurso escolar. A educação constitui uma das mais importantes e poderosas ferramentas na construção de novos conceitos, na mudança de hábitos e no diálogo intergeracional. Desempenha, por isso, um papel basilar e estruturante na implementação de mecanismos que conduzem a cidadãos mais bem preparados e a sociedades mais resilientes, contribuindo para a crescente consciencialização do risco e a perceção do perigo.

É por isso que o tema “Riscos” tem vindo a ganhar relevância no currículo português, sendo um conteúdo de abordagem obrigatória, a que todas(os) as(os) estudantes deverão ter acesso. Os princípios estruturantes do desenho curricular, baseiam-se numa estratégia inclusiva, para que os jovens estudantes possam beneficiar de uma preparação comum, transversal e interventiva, face aos múltiplos desafios colocados pelo mundo atual.

Esperamos que esta publicação lance sementes para o desenvolvimento de mais ações educativas, que possam (trans)formar jovens estudantes em cidadãos e cidadãos ativos, preparados para atuar em contexto de risco e catástrofe.

Fátima Velez de Castro
João Luís Fernandes
Adélia Nunes